

ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA DA ESPECIALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.

Telma Guerreiro Barroso
Universidade Federal do Pará
telmacgb@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados da experiência de formação continuada desenvolvida no curso de especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, ocorrido no período de 2008 a 2009, nas doze regiões de integração do Estado do Pará. Para relatar essa experiência recorro inicialmente apresentação geral do curso lato sensu, para posteriormente indicar algumas peculiaridades dessa experiência formativa em serviço em solo paraense. A turma iniciou com 400 cursistas e finalizou com 213 especialistas. Superar (pré)conceitos acerca da formação com uso da modalidade a distância e procurar ver “a cara” da educação paraense estampada nos trabalhos de conclusão de curso foram alguns desafios que tivemos que superar.

Palavras-chave: formação de gestores; educação a distância; Pará

INTRODUÇÃO

O convite realizado pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), para que o então Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) assumisse a tarefa de executar o curso de especialização em Gestão Escolar, desenvolvido na modalidade a distância, foi um grande desafio apresentado no segundo semestre de 2007, ao grupo de docentes que atuavam com as disciplinas da administração da educação, planejamento, financiamento educacional.

Após a escolha da coordenação geral do curso e do compromisso feito entre os docentes para levarem adiante o curso, foi realizado o tratamento burocrático interno (para tramitar junto aos órgãos superiores da UFPA) e externo (com o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE), que tratou dos ajustes legais para o repasse financeiro a ocorrer entre as instituições consideradas parceiras para efetivar o curso. Em seguida aos ajustes legais, longos ajustes, realizados pelas instâncias financiadoras e de execução do curso, foram convidados os demais parceiros do desenvolvimento da especialização, as Secretarias Estadual e Municipais de educação do Estado do Pará mais a representação da União dos Dirigentes Municipais de Educação, seção Pará responsáveis pela convocação, apoio logístico local e para a sustentação (apoio ao deslocamento e permanência) do cursista nos encontros de formação presencial previstos na agenda de formação.

O curso de especialização foi uma experiência inovadora para a prática de gestão e para a docência de muitos profissionais (especialistas, mestres e doutores) da educação do agora Instituto de Ciências da Educação (ICED), da UFPA. Desafios tais como: aprender a ser colaborativos na gestão; despojar-se de concepções e práticas de ensino vinculados aos cursos

presenciais e (re)pensar a formação a distância, revendo formas de dialogar, tratar as diferenças, recompor formas de construir conhecimentos; a autodisciplina, foram alguns dos desafios que se apresentaram para a execução do curso. A apresentação desses desafios e a indicação das superações alcançadas o objetivo do trabalho aqui apresentado como relato dessa experiência desenvolvida para formação de especialistas em Gestão Escolar na modalidade a distância no Estado do Pará.

O tratamento metodológico dado ao artigo descritivo e reflexivo acerca da experiência vivida a partir da coordenação executiva do curso. Uma das conclusões pela validação da formação continuada de gestores de unidades educacionais na modalidade a distância e da exigência de investigar os impactos posteriores a formação realizada.

DESENVOLVIMENTO

Neste item desenvolvida a reflexão acerca dos desafios e superações para efetivar o curso lato sensu em Gestão Escolar, modalidade a distância, sob o olhar da coordenação do curso.

O curso de especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, integra o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB), da Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC). Como objetivos gerais o curso propôs formar em nível de especialização gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica e contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social. O curso ofertado para os gestores das unidade escolares das redes públicas de ensino (estadual e municipal), na modalidade a distância, usando o ambiente de aprendizagem virtual Moodle, como plataforma de desenvolvimento do curso. Além desse critério para participar do curso é solicitado ainda ao candidato o compromisso de ter concluído curso de graduação plena, pois se trata de uma especialização; ser gestor, efetivo e estar em exercício, de escola pública municipal ou estadual de educação básica; ter disponibilidade para dedicar-se ao curso, apesar da intensa agenda de compromissos; estar disposto a compartilhar o curso com o coletivo da escola, uma vez que precisa (re)elaborar o projeto político pedagógico da escola; ter acesso computador e a rede de internet, pois o curso ofertado na modalidade a distância; evidenciar disposição para (re)construir, com a comunidade escolar e local, o Projeto Político Pedagógico no estabelecimento de ensino onde atua.

O curso possui uma carga horária de 400h, assim distribuídas:

Salas Ambientais:

Introdução ao Ambiente MOODLE e ao curso = (40h)

1. Fundamentos do Direito Educação (FDE) = (60h)
2. Políticas e Gestão na Educação (PGE) =(60h)
3. Planejamento e Práticas da Gestão Escolar (PPGE) = (60h)
4. Tópicos Especiais (TE) = (30h)
5. Oficinas Tecnológicas (OT) = (30h)

6. Projeto Vivencial (120h) = PV (80h) e TCC (40h).

O curso previu um sistema de avaliação dos estudantes com auto-avaliação, avaliação a distância a partir das atividades sugeridas na plataforma do curso e presencial com os encontros previstos nos polos de apoio presencial; a participação nos fóruns de integração; acesso ao curso; apresentação das atividades (individual e/ou coletiva) e apresentação do TCC (Projeto Político Pedagógico). Também foi prevista a avaliação do curso por meio da Comissão de Avaliação externa, integrada por profissionais externos, vinculados ao MEC. Para acompanhar o curso foi constituído no âmbito nacional o Grupo de Trabalho Interinstitucional Nacional (GTINacional), cujos parceiros são: MEC/SEB, Ceinf/MEC, CONSED, UNDIME, UNESCO, ANDIFES, ANPED, ANPAE, FORUNDIR, FNDE/Fundescola, CNTE.

A Faculdade de Educação da UFPA, teve como meta formar 400 (quatrocentos) especialistas, obteve com resultado a formação de 52,13% especialistas. Concorreram às vagas aproximadamente 800 candidatos.

Alguns problemas enfrentados pelos cursistas e que podem ter contribuído para a evasão do curso foram apontados pelos discentes e docentes: dificuldade de acesso ao elemento básico do curso (computador); dificuldades de acesso internet nas suas localidades; agenda profissional com muitas atribuições sob a responsabilidade do/a diretor/a das unidades escolares; demora de respostas dos docentes quanto às solicitações de orientação apresentadas pelos cursistas, a existência de poucos encontros presenciais; falta de apoio das prefeituras e/ou secretarias municipais de educação nos deslocamentos para realização dos encontros presenciais; a inexistência de material impresso; a exoneração de diretores/as de escolas em pleno desenvolvimento do curso. Por outro lado foram apresentados como aspectos positivos: a possibilidade de os estudantes realizarem um curso de qualidade em uma universidade pública (UFPA); a reconhecida qualidade do material disponível para o desenvolvimento do curso; a qualidade do corpo docente; a permanente interação entre a coordenação do curso, os assistentes de turma e os discentes; a atenção prestada pelos professores assistentes de turma; a possibilidade de usarem material existente nas escolas, pois foram enviados pelo MEC; a construção de blogs escolares (todos os concluintes construíram e mantiveram blogs das escolas), dentre outros.

O curso de especialização em Gestão Escolar (EaD) desenvolveu-se no Estado do Pará em nove polos que comportaram dez turmas a saber: Metropolitano (sede Belém), Rio Guamá (sede Castanhal), Rio Caeté (sede Bragança), Tocantins (sede Abaetetuba), Marajó (sede Breves), Baixo Amazonas (sede Santarém), Carajás (sede Marabá, único com duas turmas), Xingu (sede Altamira), Tucuruí (sede Tucuruí).

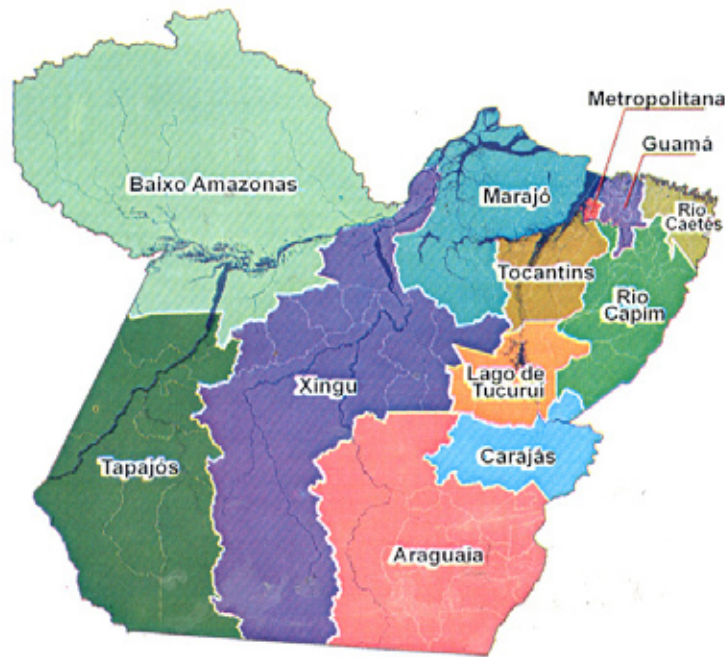


Figura 1. Estado do Pará com a localização dos polos de apoio presencial.

Estiveram envolvidos mais de cinquenta profissionais entre coordenação, docentes responsáveis pelas turmas, coordenadores de salas ambientes, assistentes de turma, técnicos administrativos, administradores do ambiente tecnológico, docentes convidados, palestrantes, secretários/as de educação, dentre outros sujeitos.

Uma pausa para homenagear, dentre todos os profissionais competentes que atuaram neste curso justo é que se faça um reconhecimento especial professora Sônia Resque, principal responsável pelo ensinamento e orientação geral sobre o curso de formação na modalidade a distância, por toda sua dedicação, compromisso, companheirismo nessa caminhada. À profa. Terezinha Monteiro, coordenadora da sala Projeto Vivencial, pela coragem e juventude no enfrentamento dos desafios. E ainda ao prof. Silvério Sirotheau Neto, administrador da plataforma moodle, pela muita disponibilidade e interesse em aprender e ensinar.

1. Desafios na caminhada com os parceiros: enfrentar na prática o significado de relação colaborativa.

Um dos primeiros passos na organização do curso de especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, foi o de compor o denominado Grupo de Trabalho Interinstitucional Local (GTILocal), integrado pela representação da UFPA (coordenação executiva do curso), a Representação da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA) e a representação da União dos Dirigentes Municipais de Educação, no Pará (UNDIME/PA). Para que as ações colaborativas tivessem significado e fossem representativas de um esforço coletivo entre os

integrantes do GTILocal seria necessário que os processos de seleção dos cursistas, de definição dos polos presenciais, de formas de apoio permanência dos estudantes no curso, fossem pensados em conjunto.

Várias reuniões foram realizadas como tentativas de organizar e definir compromissos mínimos a serem assumidos entre os parceiros que iriam ofertar o curso. Nacionalmente havia sido definido entre os representantes do PNEG, a UNDIME e a CONSED, a necessidade do trabalho colaborativo para implementar o curso de especialização. Cabia aos representantes da UNDIME e da SEDUC, em conjunto com as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), a pré-seleção dos candidatos ao curso, verificando a necessidade e prioridade de atendimento no Estado e municípios, das localidades que apresentaram as menores pontuações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2007).

Nesse primeiro momento no caso do Pará, era recorrente ausência da representação da UNDIME/PA daquele período, 2007-2008, o prejudicava o desenvolvimento das reuniões que procuravam ajustar os procedimentos a serem adotados entre os parceiros. Outro dado significativo que dificultava a caminhada colaborativa era a descontinuidade da representação da SEDUC/PA na composição do GTILocal. Durante o desenvolvimento do curso, 2007 a 2009, a representação da SEDUC/PA foi alterada pelo menos cinco vezes. Nos primeiros meses foi notória a necessidade de retomada de processos de organização da gestão do curso, em razão das alterações políticas a que estavam submetidos os representantes da SEDUC/PA. Cada vez que eram ajustados alguns procedimentos de gestão e ocorriam trocas de representantes havia a necessidade de uma lenta e por vezes dificultosa retomada dos encaminhamentos, que dependia muito do sujeito que assumia. Os procedimentos de descontinuidade e a assunção de uma representação, por vezes marcados por conflitos políticos e influências externas nessas indicações dos membros da SEDUC/PA, contribuíram para repensar a gestão do GTILocal. Dessa situação uma primeira lição: tudo tinha que ser registrado por escrito e a coordenação da UFPA teria que ser a principal articuladora desse registro, das memórias e de socializar os processos gestores até ali adotados, visto ser a única representação permanente. Das várias reuniões das quais também participaram os assessores jurídicos, foram desenhados os elementos integradores do Termo de Cooperação Técnica, que posteriormente foi assinado entre a Retoria da UFPA, a SEDUC/PA e algumas prefeituras. Infelizmente, outro dado registrado na caminhada colaborativa, foi verificado que nem todos os prefeitos quiseram assumir a responsabilidade de apoiar os seus próprios gestores de unidades escolares no processo de formação continuada.

Um dos aspectos mais positivos no desenvolvimento da gestão do curso e que mais representou o verdadeiro significado de ação colaborativa ocorreu com a segunda equipe de administradores que assumiu a SEDUC/PA, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2009. Dentre várias ações realizadas em conjunto destacam-se: a realização da seleção presencial, que solicitou de todos (UFPA, SEDUC/PA e UNDIME), ações encadeadoras da oferta do curso; a assunção dos professores assistentes de turma, a cargo da SEDUC/PA. Os assistentes de turma em número de vinte, dois para cada turma, deveriam ser assumidos tanto pela UNDIME quanto

pela SEDUC/PA, contudo, apenas esta última assumiu os vinte professores, em razão da pouca articulação da UNDIME/PA, no primeiro período de desenvolvimento do curso. Os professores assistentes de turma, todos com formação e experiência comprovada no âmbito da docência na modalidade a distância, foram inicialmente assumidos, financeiramente pela SEDUC/PA, por três meses, após isso o FNDE ajustou os termos de contratação desses professores que passaram a receber seus vencimentos até a finalização do curso, pelo Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SGB), vinculado com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC. Os professores assistentes de turma realizaram um trabalho, em conjunto, de grande competência profissional e auxiliaram até nos momentos finais do curso, os docentes das turmas (professores da FAED). Certamente boa parte do sucesso do curso de responsabilidade desses profissionais existentes nos quadros da SEDUC/PA. Segunda lição para a coordenação da gestão do curso: apostar nos profetas de casa”¹.

As ações colaborativas se apresentaram em diferentes momentos e de diversas formas. No caso da UNDIME/PA ela se deu efetivamente a partir da secretária da entidade que assumiu os contatos de articulação junto às secretarias municipais e ficou mais consolidada a partir da assunção da presidenta do período 2009-2010, profa. Sandra Helena Athaíde, a quem deve ser prestado reconhecimento. No caso da SEDUC/PA, apesar das muitas descontinuidades, houve colaboração na realização do curso, principalmente no período já destacado, 2008-2009.

O regime de colaboração, determinado constitucionalmente se efetivou apesar das descontinuidades de pessoal, das dificuldades financeiras e de nulidade de ação de alguns sujeitos. A colaboração ocorreu efetivamente graças a posições, pressões e compromissos pessoais de alguns sujeitos que desejavam assumir suas responsabilidades junto aos órgãos que representavam ou por acreditarem de fato na proposta desencadeada.

2. Desafios Internos: repensar a forma de trabalhar o conhecimento.

Paralelamente aos desafios das estradas externas, a caminhada interna também se dava com muitas dificuldades. Inicialmente era necessário convencer os docentes do ICED, já assoberbados de trabalho (ensino de graduação, pós-graduação, atividades de pesquisas, atividades de extensão, administrativas, dentre outras), a assumirem mais esse compromisso com a formação continuada de gestores escolares e na modalidade a distância. Tem-se assim, para a coordenação do curso, um dos momentos mais desafiadores ao desenvolvimento do curso.

A primeira ação, que se transformou na mais constante, foi reunir para apresentar e tentar convencer a todos os já muito ocupados a assumirem essa atividade que não contaria na carga horária do Plano de Trabalho Individual (PIT), tendo em vista que o trabalho seria como prestação de serviços e que os profissionais da universidade receberiam bolsas de extensão para desenvolver o curso. Esse processo foi prolongado, trabalhoso e permanente. Cada vez que uma sala ambiente deveria ser aberta novos argumentos favoráveis ao curso deveriam ser construídos. Por outro lado, o olhar crítico sobre as responsabilidades assumidas pelos docentes estavam

constantemente no horizonte da coordenação, que assumia juntamente com os coordenadores de salas ambientes o papel de coordenadora pedagógica do curso.

Em processo contínuo era realizada a exposição e formação de docentes que seriam os orientadores dos cursistas junto aos conteúdos do curso. Havia uma preocupação por parte da coordenação em relação ao atendimento aos cursistas, tempo de respostas às solicitações de orientação, a necessidade de manutenção do diálogo entre docentes, discentes e assistentes de turma. Até o final do curso, no processo de apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), os diálogos entre esses sujeitos e a coordenação do curso foi vivo, constante, prolongado e compartilhado. O grupo mais próximo da coordenação, o colegiado do curso, formado pelos docentes que assumiram a sala Projeto Vivencial, compartilhavam de modo mais integrador aquelas preocupações como também os sucessos.

Outro elemento de vivo debate entre a coordenação e os docentes foi certamente sobre a modalidade de desenvolvimento do curso, modalidade a distância. Debateu-se muito sobre as dificuldades dos discentes e também as dos docentes. Era evidente que alguns professores/as tinham muita dificuldade em organizar sua forma de pensar a orientação do ensino e da aprendizagem a partir da perspectiva da modalidade a distância e do uso de tecnologias informacionais. Usavam uma mesma linguagem (muito apropriada para o encontro presencial) tanto na formação presencial como na plataforma de aprendizagem a distância. Foi constatado que alguns docentes admitiam a dificuldade e pediam ajuda imediata, enquanto outros demoravam mais a pedir auxílio, dada a dificuldade que tinham de admitir limitações no trato das novas tecnologias educativas.

O reconhecimento da necessidade de autodisciplina, o tempo de acesso e respostas às dificuldades dos cursistas foi ainda outro fator de prejudicou inicialmente o diálogo entre docentes e estudantes. Algumas atividades especificamente direcionada aos docentes tiveram que ser assumidas pela coordenação do curso, sob pena de inviabilidade da avaliação final.

Para elaboração do TCC a coordenação junto com o colegiado do curso direcionou a entrega de um relatório circunstanciado acerca do Projeto vivencial desenvolvido ao longo do curso na sala ambiente de mesmo nome. Os trabalhos finais obedeceram as orientações acadêmicas que previam defesa individual pública dos TCCs. Assim foram constituídas dez bancas de exames, que era composta do professor orientador da turma, o mesmo que assumiu a orientação da sala ambiente Projeto Vivencial. Também foi convidado um docente em cada um dos campi da UFPA, em que se realizavam as defesas e mais um docente que acompanhava o grupo. Em relação a elaboração dos TCCs um eixo foi determinado para escrita foi a reflexão sobre a realidade de cada escola e município paraense representado pelos cursistas. Assim, quase todos os relatórios e pôsteres (para exposição e defesas públicas), tratavam da educação desenvolvida no Estado do Pará.

Lições desses processos: 1. Acreditar e persistir no projeto. É preciso confiar no sucesso da proposta encaminhada a fim de que os objetivos e metas sejam alcançados. 2. É necessário acreditar e persistir com os companheiros de caminhada, sempre. 3. Acreditar nas possibilidades

das mudanças das pessoas e das condicionalidades, sem negar o antes, mas trabalhar a partir dele. 4. Observar a impressionante capacidade de superar limites apresentada pelos cursistas do Estado do Pará, pois em meio as diversas dificuldades e inclusive sem apoio financeiro, festejavam a vitória pessoal e coletiva de cada turma, em cada polo presencial.

CONCLUSÕES E RESULTADOS

O curso de especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, um desafio aos discentes seja no aspecto tecnológico, no fator tempo e autodisciplina para estudar, seja pelos inúmeros compromissos da agenda própria dos dirigentes de unidade escolar. Alguns relatos falaram muito da falta de atenção dos docentes das salas ambientes, seja no caso de respostas diretas às questões propostas nas atividades, seja na ausência nos fóruns de integração entre docentes e discentes (o próprio professor não comparecia!). Por outro lado, as solenidades de encerramento do curso deixavam transparecer a alegria inicial demonstrada pelos estudantes por terem sido discentes de um curso da Universidade Federal do Pará. Foram feitas festas, chamadas as autoridades acadêmicas e políticas para apresentarem os novos/as especialistas em gestão escolar. O orgulho representado naquelas solenidades era permeado de esperanças de melhorias salariais, de qualidade de trabalho e mesmo de respeito em relação formação recebida. Os cursistas caminharam muito. No caso dos cursistas da SEDUC/PA tiveram a ajuda de custos para realizarem os cursos (segundo relatos dos próprios cursistas, demorava mas era assegurado o recurso). No caso dos estudantes vinculados às secretarias municipais de educação, poucos (quase nenhum), obtiveram ajuda na caminhada de sua formação.

Em que pese as indicações legais (Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de dezembro de 1996), a relação de colaboração ainda se encontra longe das práticas sistemáticas das políticas dos sistemas educativos como condição de desenvolvimento de políticas públicas locais ou nacional. As práticas colaborativas somente se tornarão cultura geral na sociedade brasileira quando a própria sociedade civil organizada assumir o entendimento social, a compreensão política e a urgência de ações direcionadas à melhoria do coletivo. Enquanto esse projeto colaborativo estiver em um horizonte muito distante dos sujeitos que pensam e agem nos espaços políticos, a mútua colaboração ficará também afastada das práticas educativas que precisam de associação (como definir sobre o transporte escolar, o repasse de tecnologias informacionais, a redistribuição financeira, dentre outras). Haverá muitas dificuldades, pois a expressão da cultura fundamentada na plena competitividade exclui a diversidade e as diferenças.

O curso lato sensu em Gestão Escolar, modalidade a distância, mostrou-se uma oportunidade de exercitar ações colaborativas entre os representantes dos entes federados. Muitos propósitos assumidos coletivamente foram alcançados (formação dos estudantes, assunção de tarefas coletivas entre as Instituições educacionais responsáveis pela oferta do curso, dentre outras). Contudo, as próximas experiências ainda irão depender do interesse e compromissos assumidos pelos coordenadores da gestão do curso (GTILocal), o que indica que

a colaboração entre os entes federados ainda não está estruturada nem no âmbito local e nem no âmbito nacional. Mas, preciso acreditar e persistir nessa caminhada, pois os desafios são cada vez maiores. Para se ter um exemplo, para a segunda turma do curso a ser ofertada neste ano de 2011, concorreram para uma das quinhentas vagas, aproximadamente 1.052 (hum mil e cinquenta e dois) candidatos, evidenciando a busca pela formação continuada e a necessidade do trabalho coletivo das instituições públicas visando a qualificar e não apenas certificar os gestores da educação pública paraense com a finalidade de superar os baixos indicadores de qualidade da educação básica local.

NOTA

1- Em uma passagem do Novo Testamento Jesus após retornar à sua terra natal se depara com a incredulidade de seus patrícios e pronuncia a frase “Não há profeta sem honra, a não ser na sua pátria e na sua casa”. Cf. Mateus 13: 57, Bíblia Sagrada.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC / SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB.
Diretrizes Nacionais do curso de Especialização em Gestão Escolar. Brasília (DF), 2007.